

O NOME DO MUNICÍPIO. UM ESTUDO ETNOLINGUÍSTICO E SÓCIO-HISTÓRICO NA TOPONÍMIA SUL-MATO-GROSSENSE

Aparecida Negri Isquierdo (UFMS/CNPq)

RESUMO

O vocabulário onomástico-toponímico – os topônimos – tende a ser marcado ideologicamente por consubstanciar a visão do denominador num tempo e num espaço determinados. Em face disso, os topônimos confirmam a tese de que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso, razão pela qual a ação de atribuir um nome a um lugar corporifica uma soma de diversificados fatores – lingüísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos – do grupo que habita o espaço geográfico tomado como objeto de investigação. Particularmente os nomes de acidentes humanos (vilas, povoados, cidades) traduzem reflexos do momento histórico em que foram nomeados, haja vista serem mais afetados por fatores extralingüísticos, como características do processo de povoamento ocorrido da região; questões interétnicas que individualizam o espaço geográfico em questão – convívio de povos de diversas etnias; a localização geográfica – fronteiras nacionais e internacionais; interferências políticas, além de fatores ambientais. Este trabalho discute a questão da interface entre toponímia, cultura e história social, com base na análise dos designativos dos municípios sul-mato-grossenses. Examina-se a relação entre a história social do estado de Mato Grosso do Sul como um todo e a dos municípios, em particular, e a natureza dos nomes dos municípios, buscando correlacionar os tipos de designativos com a formação étnica da população e com as diferentes fases do processo de colonização do Estado. No conjunto dos topônimos que nomeiam os 78 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, há nomes que traduzem, por exemplo, aspectos da influência indígena (Caarapó, Paranaíba, Japorã); fatos marcantes da história regional (Guia Lopes da Laguna, Antônio João); características do meio ambiente físico (Rio Negro, Rochedo); homenagem à terra de origem do denominador (Nova Andradina, Chapadão do Sul); influência de contatos interétnicos em áreas de fronteira (Laguna Carapã, Naviraí). Em se tratando da base lingüística dos formantes dos topônimos, 27% dos nomes dos municípios sul-mato-grossenses são de origem indígena e 10,2% constituem-se em nomes híbridos (dentre esses, 9% contêm um formante de base indígena). Esses dados refletem a forte influência indígena na toponímia dos municípios sul-mato-grossenses, o que pode ser explicado por questões étnicas e geográficas. O estado de Mato Grosso do Sul, além de concentrar a segunda maior população indígena do Brasil, faz fronteira com o Paraguai, país que tem o guarani como língua oficial, ao lado do espanhol. Os outros 62,8% são formados por termos vernáculos. A dinamicidade ou não do sistema lexical está, portanto, correlacionada à própria dinamicidade da realidade social, econômica, política, cultural e ideológica do grupo e também se manifesta no vocabulário onomástico-toponímico. Daí ser nossa proposta o estudo de um recorte de um léxico específico, os topônimos, objetivando verificar em que medida esse nível da língua pode fornecer dados para a recuperação de aspectos da realidade sociocultural e histórico-geográfica do homem sul-mato-grossense.

PALAVRAS-CHAVE: léxico; toponímia; onomasiologia

ABSTRACT

The vocabulary-onomastic toponymy - the toponyms - tends to be ideologically marked by giving the vision of the denominator at a time and a certain space. Given this, the toponyms confirm the thesis that the history of words walks very close to life story of the group that uses it, why the action to assign a name to a place embodies a sum of different factors - linguistic, ethnic, cultural, historical, ideological - the group that inhabits the geographical area taken as the object of research. Particularly the names of human accidents (towns, villages, towns) reflect effects of historic moment in which they were appointed, since they are more affected by extra-linguistic factors such as characteristics of the population occurred in the region, identifying the issues that interethnic geographical area in issue - meeting people from different ethnic groups, geographic location - national and international borders, political interference, and environmental factors. This paper discusses the issue of interface between toponymy, culture and social history, based on analysis of the design of towns in Mato Grosso do Sul. It examines the relationship between the social history of the state of Mato Grosso do Sul as a whole and of municipalities, in particular, and the nature of the names of cities, seeking to correlate the types of training including the ethnic population and the different stages the process of colonization of the state. In all the toponyms that appoint the 78 towns of the state of Mato Grosso do Sul, there are names that reflect, for example, aspects of indigenous influence (Caarapó, Paranaíba, Japorã), remarkable facts of regional history (Guia Lopes da Laguna, Anthony John), features of physical environment (Rio Negro, Rochedo) tribute to the land of origin of the denominator (New Andradina, Chapadão do Sul); influence of interethnic contacts in border areas (Laguna Carapa, Naviraí). In the case of the base language of the toponyms formants, 27% of the names of towns in Mato Grosso do Sul are of indigenous origin and 10.2% are up on hybrid names (among these, 9% have an indigenous formant-based). These data reflect the strong indigenous influence in the toponymy of the cities in Mato Grosso do Sul, which can be explained by ethnic and geographical issues. The state of Mato Grosso do Sul, besides concentrating the second largest indigenous population of Brazil, it makes a border with Paraguay, a country that has the Guarani as the official language together with Spanish. The other 62.8% are formed by vernacular terms. The dynamicity or not of the lexical system is therefore correlated with the dynamics of social reality, economic, political, cultural and ideological group and also is expressed in the vocabulary onomastic-toponymy. Hence our proposal is the study of a specific part of a lexicon, the toponyms, to ascertain to what extent this level of language can provide data for the recovery of aspects of reality and socio-geographical history of man from Mato Grosso do Sul.

KEY-WORDS: lexicon; toponymy; onomatology.

O vocabulário onomástico-toponímico – os topônimos – tende a ser marcado ideologicamente por consubstanciar a visão do denominador num tempo e num espaço determinados. Em face disso, os topônimos confirmam a tese de que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso, razão pela qual a ação de atribuir um nome a um lugar corporifica uma soma de diversificados fatores – linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos – do grupo que habita o espaço geográfico tomado como objeto de investigação.

As pesquisas toponímicas contemporâneas são ancoradas nos fundamentos da ciência linguística de quem herdou seus princípios teóricos e seus métodos e têm as ciências do léxico, particularmente a Lexicologia¹ e a Terminologia², como ponto de apoio. A elucidação de determinados nomes, não raras vezes, fica na dependência de explicações de natureza fonética, etimológica, dialetológica, etnolinguística, necessitando ainda de informações oriundas da História, da Geografia, da Antropologia, da Arqueologia, para o desvendar da natureza linguística dos designativos.

Bernales Lillo (2002, p.12), valendo-se do ponto de vista de Hernandez (1978, p. 8), destaca que a toponímia “compreende aspectos de psicologia social que se relacionan con las etapas de la civilización, con el valor del terruño, con las conquistas del territorio, con las migraciones de los pueblos, con la historia de la lengua, etc”. O mesmo autor aponta o homem como o protagonista “atuante e criador” na formação e na evolução dos nomes, atribuindo à linguagem o papel de comunicação e expressão e à realidade e aos aspectos físicos a função de referenciais. O autor, retomando Diaz (1987, p.15-16), conclui apontando três fatores que individualizam a toponímia em relação a outras disciplinas: “el factor humano, el factor lingüístico e el fator histórico-físico” (BERNALES LILLO, 2002, p. 12-13).

Em trabalho anterior (ISQUERDO, 2008) destacamos a abrangência dos estudos toponímicos, apontando aspectos linguísticos e extralinguísticos que podem ser considerados numa pesquisa toponímica. Assim, pelo viés linguístico focalizam-se aspectos como a etimologia, a base linguística dos elementos formativos do nome, a estrutura formal do sintagma toponímico, a classificação taxionômica. Em contrapartida, pelo viés

¹ Segundo Dick (2008, p. 216), “embora sendo formas aplicadas em um campo específico de conhecimento (Onomástica), os nomes próprios compartilham das modificações estruturais dos demais lexemas e comportam a mesma categorização dos fenômenos comuns ao sistema lexical”.

² Cf. Dick (2006, p. 98-99) a respeito da relação entre a Toponímia e a Socioterminologia concebida por Faulstich.

extralinguístico, o topônimo é analisado na perspectiva das causas denominativas que impulsionaram o denominador no ato da nomeação – influências étnicas, culturais, históricas, mitológicas e ambientais (ambiente físico e social).

Particularmente os nomes de acidentes humanos (vilas, povoados, cidades) traduzem reflexos do momento histórico em que foram nomeados, haja vista serem mais afetados por fatores extralinguísticos, como características do processo de povoamento ocorrido da região; questões interétnicas que individualizam o espaço geográfico em questão – convívio de povos de diversas etnias; a localização geográfica – fronteiras nacionais e internacionais; interferências políticas, além de fatores ambientais.

De acordo com Dick (2006, p.94-95), a toponímia brasileira inicialmente foi mais centrada nas “línguas da terra, especialmente o tupi antigo, do que no próprio elenco denominativo do português”. Ao mesmo tempo em que o colonizador procurava impor-se por meio da língua portuguesa, necessitava aprender o idioma dos povos autóctones, já que tinham como preocupação “identificar os objetos da terra” por meio dos nomes a eles atribuídos pelos nativos. Nesse contexto, “a toponímia do Brasil poderia conviver [...] com esses dois momentos vivenciados de linguagens, uma, a nativa, do próprio território; a outra, a ádvena, a que chegou de fora; uma constituindo os substratos e os adstratos de etnias e falares; a outra, os superestratos de índole civilizatória”.

No Brasil, a pesquisa inicial de Dick (1990) foi voltada para o “Sistema Toponímico Brasileiro”, partindo da visão de Toponímia como estudo do lugar. Esse modelo, segundo Dick (2006, p.96), passa posteriormente a “estudar não apenas o lugar, mas, conjuntamente, o espaço e o *nome do espaço*”. Nessa perspectiva, a autora muda o foco da pesquisa para o “sistema onomástico”:

de estudo de natureza geográfica, pelo vocabulário que utiliza, ou histórico / historiográfico, pelas fontes documentais de que se serve, procuramos definir melhor este nosso campo de atuação, como de natureza lingüística, em função da palavra-sígnica tornada nome, por mecanismos intelectuais (DICK, 2006, p. 96).

Ampliam-se, pois, as possibilidades de coleta de dados onomásticos, admitindo-se o trabalho de campo como fonte de dados, além dos mapas oficiais, as fontes primárias básicas das pesquisas toponímicas, permitindo, assim, segundo Dick (2006, p. 97), “desdobramentos possíveis do ponto de vista analítico; por exemplo, a construção de uma cadeia sintagmática de ocorrências, em sincronias criadas. Permitem, também, fixar a duração das ocorrências tempo-espaciais, em projeção sócio-histórica (períodos demarcados ou em fluxos contínuos)”.

Em pesquisa realizada sobre a toponímia dos seringais acreanos (ISQUERDO, 1996, p.112-150) já havíamos constatado a possibilidade de investigação toponímica a partir de fontes diversificadas de dados, além dos mapas oficiais, haja vista que, para determinados recortes toponímicos, eles inexistem, como era o caso dos seringais do Vale do Acre. Dada a oscilação existente na divisão interna dos seringais amazônicos, sobretudo no que se refere às colocações (espaços destinados a cada seringueiro para fins de coleta do látex), o mapeamento oficial torna-se praticamente inviável. Na oportunidade tomamos como parâmetro uma lista fornecida pelo CTA- Centro de Trabalhadores da Amazônia – e o Relatório Sócio-Econômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes/1992, documentos que arrolavam nomes de seringais e colocações, presumidamente ativadas. O conjunto de topônimos levantados dessas duas fontes reuniu 279 designativos. Os dados da microtoponímia dos seringais e colocações evidenciaram “uma configuração *sui generis* em decorrência das características étnicas, históricas, sociais, físicas e geográficas da Região” (p.112). Em face disso, além de aplicar o modelo teórico de Dick (1992), para a análise estrutural e taxionômica dos designativos, valemo-nos de princípios teóricos do semanticista italiano Mario Alinei (1980; 1983; 1984)³, para a análise dos mecanismos de reconstrução do significado evidenciados nos designativos⁴. O estudo demonstrou a importância da história social na configuração da toponímia, uma vez que a análise da motivação toponímica deu mostras que as características socioambientais do grupo e a natureza do trabalho desenvolvido pelo seringueiro favorecem uma maneira muito própria de “ver” a realidade, fortemente materializada em topônimos como *Semitumba*, *Oco do Mundo*, *Amansa Brabo* (animotopônimos disfóricos) que convivem com nomes como *Horizonte*, *Nova Esperança*, *Eldorado*, animotopônimos eufóricos⁵.

Essas constatações, aliadas a resultados de estudos sistemáticos que vimos realizando sobre a toponímia sul-mato-grossense e, indiretamente, sobre a toponímia do Paraná e de Goiás, na condição de orientadora de trabalhos acadêmicos, ratificam a importância da ampliação dos estudos toponímicos a partir de outras perspectivas e de fontes de dados diversificadas, o que se coaduna com a posição de Dick (2006) antes mencionada. Em face disso, partilhamos com Dick (2008, p. 216) a tese de que sociais,

³ Cf. Isquerdo (1996, p. 121-150)

⁴ Cf. Isquerdo (1998).

⁵ As subcategorias **eufórico** e **disfórico** para a taxa dos **animotopônimos** (DICK, 1992) foram propostas por Isquerdo (1996), com base na toponímia dos seringais e colocações acreanos.

que podem ser identificados como referentes onomásticos, são, de fato, modelos capazes de assumir a função de marcadores semânticos ou elementos significativos do meio / núcleo retratado”.

Este trabalho discute a questão da interface entre toponímia, cultura e história social, com base na análise dos designativos dos municípios sul-mato-grossenses. Examina-se a relação entre a história social do estado de Mato Grosso do Sul como um todo e a natureza dos nomes dos municípios, buscando correlacionar os tipos de designativos com a formação étnica da população e com as diferentes fases do processo de colonização do Estado.

Os dados analisados foram extraídos da base de dados do Projeto Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul – Projeto ATEMS⁶, variante regional do Projeto Atlas Toponímico do Brasil – Projeto ATB⁷, topônimos coletados dos mapas oficiais dos municípios, produzidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em sua maioria, com escala 1:250.000. A análise desse acervo toponímico orienta-se, fundamentalmente, pelo modelo teórico-metodológico de Dick (1990; 1992).

1. MATO GROSSO DO SUL E OS SEUS MUNICÍPIOS: QUESTÕES HISTÓRICO-TOPONÍMICAS

O povoamento inicial do território do grande “Mato Grosso” decorreu da ação das bandeiras paulistas que, no final do século XVIII e início do século XIX, penetraram o sertão do Brasil em busca de pedras e metais preciosos em Minas Gerais, em Goiás e em Mato Grosso. Cassiano Ricardo (1970, p.610), na sua obra *Marcha para o Oeste*, considera que a denominação de Mato Grosso “denota a força do bandeirismo em nossa toponímia geográfica” e atesta que o “Mato Grosso é exclusivamente brasileiro na sua formação e na sua história”. Essa faixa de território (os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), pelo Tratado de Tordesilhas (1494), que dividia o continente americano entre as coroas da Espanha e de Portugal, pertencia à coroa espanhola. As terras do atual Mato

⁶ Projeto em desenvolvimento na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com apoio financeiro da FUNDECT – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do estado de Mato Grosso do Sul.

⁷ Projeto coordenado pela Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (USP).

Grosso do Sul ficaram sob domínio espanhol até 1750, quando foram vinculadas ao império português pelo Tratado de Madri, firmado entre Espanha e Portugal.

Foi ainda sob o domínio espanhol que foi fundada a primeira cidade em território hoje sul-mato-grossense, a lendária Santiago de Xerez (1580), configurando-se como um pouso de descanso para as expedições. Essa cidade foi destruída em 1648 por ação de Raposo Tavares que invadiu as missões jesuítas da Província de Itatim (parte dessa província situava-se em terras do atual Mato Grosso do Sul, entre os rios Taquari e Apa, e parte no Paraguai) (GRESSLER; VASCONCELOS; SOUZA, 2005, p.48-50).

A busca de metais preciosos, no final do século XVII, foi responsável pelo início do povoamento do interior do Brasil. Em 1718, a bandeira liderada pelo paulista Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro, às margens do rio Coxipó-Mirim, próximo à cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso. As terras sul-mato-grossenses foram rota das expedições paulistas que, através dos rios Tietê e Paraná, alcançavam, em terras sul-mato-grossenses, os rios Ivinhema, Pardo, Miranda, Taquari, Coxim até atingir o rio Paraguai que os levava até o rio Cuiabá (Mato Grosso)⁸.

Do ano de 1718 até os dias atuais, o território sul-mato-grossense foi palco de muitas lutas em defesa do território, abrigou povos de diferentes estados brasileiros e de países vizinhos, acalentou sonhos, dentre eles, o da divisão territorial, que motivou movimentos separatistas, como o desencadeado em Nioaque, o berço da divisão, com o movimento armado “Revolução Jango Mascarenhas” (1900). Esse sonho só viria a concretizar-se em 1977.

O novo Estado, implantado em 1º/01/1979, recebeu o nome de Mato Grosso do Sul, topônimo que marca a independência do “sul” de Mato Grosso e inaugura nova fase da história social do Estado.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o estado de Mato

⁸ Essas expedições provocaram o surgimento de núcleos de povoamento, como a fazenda Camapuã (1720) que, “localizada entre as cabeceiras dos rios Sanguessuga e Camapuã, tornou-se um ponto de parada obrigatório para os monçoneiros”. Outro núcleo formou-se à margem direita do rio Taquari (1729) por iniciativa de “Domingos Gomes Belliagio que instalou ali um arraial com a intenção de ajudar as expedições que iam e vinham de São Paulo a Cuiabá. Durante o Império, foi criado no mesmo lugar o Núcleo Colonial do Taquari”, que foi destruído durante a Guerra do Paraguai e posteriormente reconstruído, dando origem à cidade de Coxim (1898). Além disso, exerceram importante papel para o surgimento de cidades as colônias militares. A primeira foi fundada em 1855, às margens dos rios Brilhante e Nioaque, que deu origem à cidade de Nioaque. Em 1856, foi criada a Colônia Militar do Dourados, às margens do rio do mesmo nome, hoje município de Antônio João (GRESSLER; VASCONCELOS; SOUZA, 2005, p.54; 66).

Grosso do Sul está dividido em 04 mesorregiões administrativas às quais estão vinculadas 11 microrregiões: a *Centro-Norte* que abriga 02 microrregiões – Alto Taquari e Campo Grande; a *Leste* a que se alinham 04 microrregiões – Cassilândia, Nova Andradina, Paranaíba e Três Lagoas; a dos *Pantanaís Sul-mato-grossenses* que reúne 02 microrregiões – Baixo Pantanal e Aquidauana e a *Sudoeste* a qual se aglutinam 03 microrregiões – Bodoquena, Dourados, e Iguatemi.

Nota-se que as designações das mesorregiões são de base portuguesa e seguem o “critério objetivo e auto-explicativo” por utilizar “categorias físico-naturais transparentes” (cf. DICK, 2006, p.110), já que 03 têm como motivação os pontos cardiais que indicam a posição geográfica (Centro-Norte, Leste e Sudoeste). Uma designação valoriza um bioma característico do Estado, o *Pantanal*, que remete a questões geomorfológicas, hidrográficas e também geográficas, à medida que marca a porção sul-mato-grossense do Pantanal, área localizada a Oeste do estado de Mato Grosso do Sul, divisa com a Bolívia, e parte do Sudeste, divisa com o Paraguai.

Essas 11 microrregiões administrativas agregam os 78 municípios do Estado. Desses, 55 foram criados antes de 1977, ano em que o então estado de Mato Grosso foi dividido dando origem ao novo estado de Mato Grosso do Sul. Os demais (23 municípios) foram criados a partir de 1980, ou seja, após a instalação da nova unidade da Federação (1º/01/1979).

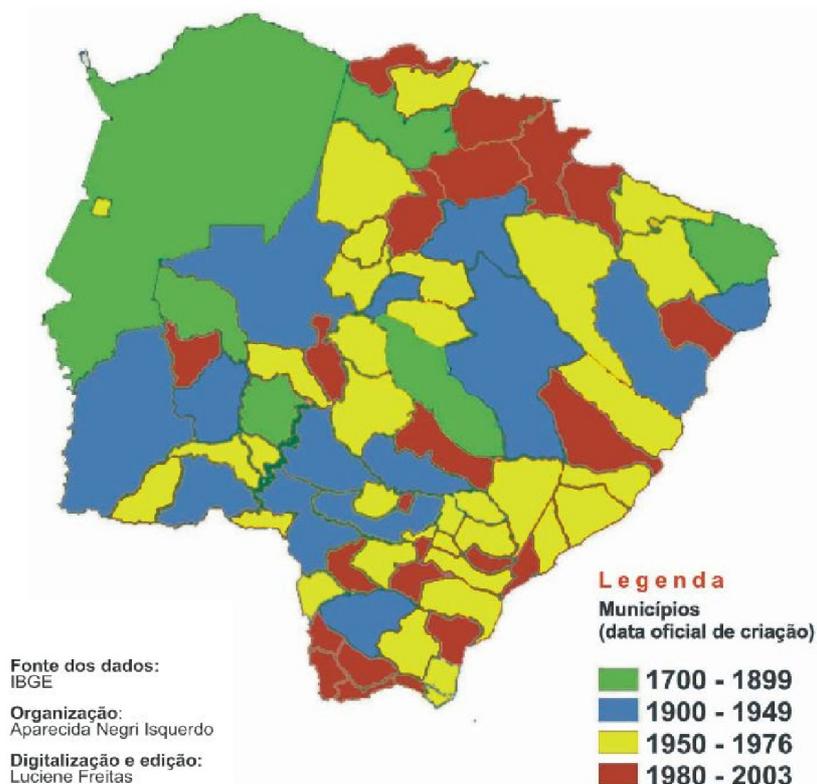
Para fins de análise dos designativos dos municípios sul-mato-grossenses, na perspectiva da história social do território do grande Mato Grosso, dividimos os topônimos em 04 sincronias, tomando como referência o ano de criação oficial dos municípios. Para tanto, tomamos como parâmetro a divisão dos períodos históricos proposta por Campestrini e Guimarães (2002) que distribuem a história da criação dos municípios, segundo diferentes recortes históricos, considerando os fatos marcantes da história de Mato Grosso do Sul: o primeiro contempla, desde a caracterização da Capitania de Mato Grosso (1748), até o povoamento (a partir de 1772), a invasão paraguaia (e respectiva reação brasileira) e a reconstrução do território depois da Guerra do Paraguai (1865-1870); as demais fases são definidas pelos historiadores a partir da Proclamação da República (1888), sendo demarcadas do ponto de vista das tendências observadas no período republicano no antigo Mato Grosso, até 1977, quando ocorre a divisão do território dando origem ao novo Estado: Primeira República (1889-1930), Segunda República (1930-1945), Terceira República

(1945-1964) e Quarta República (1964-1977). Por fim, o último recorte no tempo marca o início da nova fase da história do Estado, a partir da divisão do território oficializada em 1977 e implantada em 1979. Essa etapa é identificada pelos autores como “Mato Grosso do Sul”.

2 O NOME DO MUNICÍPIO E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA SOCIAL DO MATO GROSSO DO SUL

Partindo da divisão supramencionada e considerando dados acerca da história social do Estado, para fins de análise da toponímia dos municípios sul-mato-grossenses, estabelecemos 04 sincronias que foram assim distribuídas: **1700-1899**; **1900-1949**; **1950-1976** e **1980-2003**. O mapa, a seguir, visualiza a distribuição dos 78 municípios, segundo essas sincronias.

Municípios de Mato Grosso do Sul - Ano de Fundação



2.1 - Sincronia 1700-1899: Corumbá (1778)⁹; Paranaíba (1857); Miranda (1857); Nioaque (1890); Coxim (1898) e Campo Grande (1899).

Para a definição dessa sincronia, consideramos um recorte no tempo que contempla parte do período pré-republicano, a Capitania de Mato Grosso e também parte da Primeira República, de maneira a cobrir a data de criação de três municípios de significativa importância histórica no contexto do Estado (Nioaque, Coxim e Campo Grande). Embora a criação do município tenha ocorrido no século XIX, já no período republicano, os povoados que deram origem à cidade sede desses municípios são anteriores a 1888. Esse período corresponde a diferentes fases da história social de Mato Grosso, cobrindo o sistema de povoamento, o período de guerra que desencadeou a invasão a terras brasileiras e a reconstrução do território mato-grossense depois da Guerra do Paraguai (1865-1870), episódio bélico que atingiu essa faixa de território, já que dos 06 municípios criados nesse período, apenas Paranaíba, pela sua localização (Nordeste do Estado, divisa com Minas Gerais e Goiás, respectivamente, pelos rios Paranaíba e Aporé), não foi destruído pela guerra.

O território do atual município de Corumbá, segundo alguns historiadores, teria sido visitado pela primeira vez pelos espanhóis, dentre outros, Cabeza de Vaca (1540-1543)¹⁰. A criação/formação de cidades na Capitania (1748-1822) e depois Província de Mato Grosso (1822-1888) ora foi motivada pela busca de ouro, ora como estratégia de defesa territorial. No sul do Estado predominou o segundo motivo, já que não foi área de garimpo. Os 06 municípios sul-mato-grossenses mais antigos, por exemplo, direta ou indiretamente têm como embrião alguma estratégia militar¹¹. O colonizador português fixa-se pela primeira vez nesse território em 1778, por obra do capitão Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, com a fundação do arraial *de Nossa Senhora da Conceição de*

⁹ Em virtude da importância a vila de Albuquerque/Corumbá para a história social do estado de Mato Grosso do Sul, no caso de Corumbá, consideramos neste texto a data da fundação da vila e não a da criação oficial do município que aconteceu em 1850.

¹⁰ A edição dos documentos “Naufrágios & Comentários” sobre Alvar Núñez Cabeza de Vaca, tradução de Jurandir Soares dos Santos (2007, p. 110), apresenta um mapa com o traçado da rota de Cabeza de Vaca que assinala a localidade onde hoje se situa a cidade de Corumbá, às margens do rio Paraguai, na rota desse conquistador espanhol na sua expedição pela América do Sul.

¹¹ Forte Coimbra (1775), à margem direita do rio Paraguai (hoje no município de Corumbá); Forte de Nossa Senhora do Carmo do rio Mondego (1778), que deu origem à cidade de Miranda; Fortificação militar de Albuquerque (1778), hoje Corumbá (GRESSLER; VASCONCELOS; SOUZA, 2005, p.60-61).

Albuquerque, na fronteira com a Bolívia, cujo nome concentra uma dupla homenagem: Nossa Senhora da Conceição e Luís Albuquerque, o fundador do arraial. A Vila de Albuquerque foi fundada com a função de impedir o avanço dos espanhóis pela fronteira brasileira, configurando-se como o primeiro marco da presença lusa no sul do então estado de Mato Grosso. Campestrini e Guimarães (2002, p. 45) retomam o pensamento de Povoas, para explicar a mudança do nome dessa vila para Corumbá:

O nome de Albuquerque, dado em homenagem ao capitão General Luís de Albuquerque, foi posteriormente mudado, para Corumbá, denominação que, segundo o Barão de Melgaço, “designava anteriormente a face setentrional das Serras de Albuquerque”. A mudança se deu em virtude da confusão que se estava ocasionando entre essa povoação fundada em 21/set/1778, a Albuquerque a Velha, e a Albuquerque, a nova, fundada em 1796.

Já a unidade lexical *corumbá*, segundo Houaiss (2001), significa “localidade distante; o nome do topônimo seria o tupi *kuru'mba* 'banco de cascalho’”. A localidade com esse nome adquiriu grande importância como entreposto comercial pela passagem de barcos brasileiros e paraguaios pelo rio Paraguai, canal que trouxe os representantes da coroa portuguesa para a região. O rio Paraguai foi caminho por água dos bandeirantes (1600-1700) e das monções paulistas (1720-1827).

O segundo município do território hoje pertencente a Mato Grosso do Sul foi *Miranda*, criado em 1857, como decorrência do povoado que se formou ao redor do presídio de Miranda, fundado em 1797. No mesmo ano ocorre a criação do terceiro município sul-mato-grossense, o arraial de *Sant’Anna do Paranahyba*, *Paranaíba* a partir de 1838, surgido em decorrência da ocupação do sertão dos Garcias, a partir de 1829 (nordeste do Estado, fronteira com Minas Gerais, Goiás e São Paulo). Essa povoação também surgiu no final de 1833 como uma estratégia de proteção de território, pois a “região era pretendida por Goiás, que defendia suas divisas até o rio Pardo, enquanto Mato Grosso pretendia as suas até o rio da Prata (afluente do Aporé, pela esquerda, hoje em Goiás)” (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p.153; 172).

No sequência vem Nioaque, município criado em 1890, após a Guerra do Paraguai. Todavia, o povoado teve início por volta de 1854 em decorrência do destacamento militar instalado na localidade para defesa do território contra os paraguaios. Mesmo assim foi invadido, saqueado e incendiado pelos vizinhos paraguaios em 1867. Inicialmente, quando da criação do distrito (1877), foi denominado de Levergeria, em homenagem a Augusto

Leverger. Em 1883 resgatou o nome de Nioaque, perdendo-o novamente em 1890, quando elevado a município. Entretanto, o topônimo Levergeria em 1892 foi novamente substituído, agora em caráter definitivo, por Nioaque (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p.152-153).

Ainda no século XIX surge o quinto município do sul de Mato Grosso, criado em 1898. Segundo os mesmos historiadores (p.153), o arraial do Belliago, criado às margens do rio Taquari (1729), ponto de apoio dos monçoeiros na rota fluvial São Paulo-Cuiabá, deu origem a Coxim, criado em 1872, como distrito, com o nome de São José de Herculânea, e elevado a município em 1898. O nome Coxim só foi resgatado em 1948.

Campo Grande, cidade elevada a capital à capital do Estado, em 1979, foi fundada em 1899, por obra do mineiro de Monte Alegre de Minas, José Antônio Pereira, que chegou pela primeira vez à localidade onde se erigiria a futura capital em 1872. Os desbravadores oriundos do Triângulo Mineiro já com tradição em fundar povoados em terras mato-grossenses em localidades propícias para a criação de gado – a fundação de Paranaíba algumas décadas antes já lhes tinha propiciado o conhecimento com as terras dessas paragens – chegam aos campos de Vacaria que representavam um novo atrativo para fixação de novos povoados. Uma cidade fortemente marcada por diferentes levadas migratórias, Campo Grande teve seu desenvolvimento intensificado com a chegada da estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1914). O primeiro nome, *arraial de Santo Antônio de Campo Grande*, teve motivação religiosa – a devoção e uma promessa de José Antônio Pereira – e auto-explicativa – a geomorfologia da região, que se configura como um “campo grande”, com terras férteis e de pastos para criação de gado, que se estende pelos Campos de Vacaria na direção centro-sul do Estado.

Em síntese, nota-se que o estado de Mato Grosso do Sul tem ocupação relativamente recente, pois a presença dos agentes do “estado português e, depois do brasileiro, em terras sul-mato-grossenses, data pouco mais de dois séculos”, já que,

a rigor, a efetiva incorporação dessa região ao espaço geográfico nacional – de forma orgânica, articulada a uma base econômica expressiva – acontecerá, efetivamente, após a Guerra do Paraguai, em função do ciclo da erva-mate e da dinamização da pecuária tradicional e, nesse processo, Campo Grande, graças a sua localização, desempenhará um papel preponderante (CABRAL, 1999, p. 28).

Em termos etnolinguísticos, a nomenclatura dos 06 primeiros municípios do Mato Grosso do Sul solidifica 04 topônimos de base indígena – *Corumbá*, *Paranaíba*, *Coxim* e *Nioaque* – e 02 de base vernácula – *Miranda* e *Campo Grande*. Não é demais assinalar que originalmente *Corumbá* e *Paranaíba* configuravam-se, respectivamente, de bases portuguesa (*arraial da Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque*) e híbrida (*Sant'Anna do Paranahyba*).

Do ponto de vista taxionômico, os 06 topônimos designativos de municípios sul-mato-grossenses fundados antes do século XX, de acordo com o modelo de Dick (1992, p.31-34), configuram-se como nomes descritivos, enquadrando-se na categoria de natureza física – 01 *litotopônimo* (*Corumbá*, do tupi *kuru'mba* 'banco de cascalho'), 01 *zootopônimo* (*Coxim*)¹², 01 *hidrotopônimo* (*Paranaíba*, do tupi *Parana-aiba*, “rio ruim encaichoerado”) e 01 *geomorfotopônimo* (*Campo Grande*) – e na categoria dos antropoculturais – 01 *antropotopônimo* (*Miranda*) e 01 *somatotopônimos* (*Nioaque*, do guaicuru “omoplata”).

Percebe-se, nesse conjunto de topônimos, a predominância de nomes descritivos de base indígena, uma característica dos nomes dos municípios criados na primeira sincronia analisada.

2.2 - Sincronia 1900-1949: Aquidauana (1906); Bela Vista (1908); Porto Murtinho (1911); Ponta Porã (1912); Três Lagoas (1915); Maracaju (1928); Rio Brillhante (1929) e Dourados (1935); Ribas do Rio Pardo (1943); Amambaí (1948); Aparecida do Taboado (1948); Bonito (1948); Camapuã (1948) e Rochedo (1948).

Essa sincronia reúne os municípios que foram criados nas 05 primeiras décadas do século XX, contemplando a Primeira República, ou República Velha (1889-1930)¹³, a Segunda República, que corresponde ao Governo Vargas (1930-1945) e parte da Terceira República (1945-1964), estendendo-se até 1950. A história social de Mato Grosso do Sul registra nesse período fatos significativos como a formação do Estado de Maracaju (1932); a criação do Território Federal de Ponta Porã (1943-1946), o Ciclo da erva-mate (1882-1937), dentre outros.

¹² Segundo Dick (2008, p. 227), trata-se de um nome kaingang, mas a autora não informa o significado (etimologia) do termo. Já Tibiriçá (1997), citando A. Levy Cardoso, atribui-lhe a origem do bororo **cuji**, peixe. Para fins de classificação taxionômica, optamos pela posição de Levy Cardoso.

¹³ A República Velha inicia-se com o fim da monarquia (1889) e termina com a Revolução de 1930.

Notamos que muitos dos novos municípios situam-se ou em área de fronteira seca com o Paraguai (*Bela Vista, Porto Murtinho, Ponta Porã, Amambai*); ou em faixa de fronteira indireta do sul do atual estado de Mato Grosso do Sul com o país vizinho Paraguai (*Maracaju, Rio Brilhante e Dourados*), ou na fronteira de Mato Grosso com São Paulo (*Três Lagoas, Aparecida do Taboado*). Outros surgem em diferentes regiões do Estado - no Centro-Norte (*Rochedo e Camapuã*), no Sudeste (*Bonito*) e no Centro-Leste (*Ribas do Rio Pardo*). Já *Aquidauana*, na atualidade considerada o portal do Pantanal, foi fundada na margem direita do rio Aquidauana para servir de “ponto de apoio à navegação, possível até aquela altura do rio”.

[...] O rio Aquidauana era conhecido como Aquidabã. Daí o nome atual, fixado pela língua indígena, que normalmente pronunciava o *b* com som próximo da vogal *u* e expandia as nasais, acrescentando *e* ou *a*: Aquidaban para Aquidauane (como aparece em relatos do início do século XIX), fixando-se Aquidauana (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p. 183).

Do ponto de vista etnolinguístico, os 14 topônimos mencionados distribuem-se entre os de base vernácula – 09 topônimos (*Três Lagoas, Rio Brilhante, Bela Vista, Bonito, Ribas do Rio Pardo, Aparecida do Taboado, Rochedo, Dourados, Porto Murtinho*); de base indígena – 04 designativos (*Aquidauana, Maracaju, Camapuã, Amambai*) e uma forma híbrida – português + tupi (*Ponta Porã*). Nota-se que nessa sincronia predominam os topônimos de base vernácula, embora com pequena margem de diferença em relação aos de origem indígena.

No que tange à classificação taxionômica, os dados distribuem-se 06 designativos de natureza física – 01 *hidrotopônimo* (*Rio Brilhante*), 02 *geomorfotopônimos* (*Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo*), 01 *litotopônimo* (*Rochedo*), 01 *zootopônimo* (*Dourados*), 01 *fitotopônimo* (*Amambai*). Os outros 07 topônimos enquadram-se na categoria de natureza antropocultural – 02 *animotopônimos* (*Bela Vista, Bonito*), 01 *numerotopônimo* (*Três Lagoas*), 01 *ergotopônimo* (*Maracaju*, “o guizo ou cascavel metálico (aguai), denominado também *maracá-yuba* ou, sob a forma contracta, *maracáyú*”, segundo SAMPAIO, 1928, p.112), 01 *somatotopônimo* (*Camapuã* “peito redondo/elevado”)¹⁴, 01 *hagiotopônimo* (*Aparecida do Taboado*) e 01 *sociotopônimo* (*Porto Murtinho*). Um nome de município

¹⁴ Cf. Dick (2008, p.227).

ainda permanece sem classificação taxionômica por insuficiência de informações lingüísticas quanto ao significado do nome guaicuru *Aquidauana*, segundo Dick (2008, p. 227), “nome de chefe”.

2.3 - Sincronia 1950-1976: Água Clara (1953); Bataguassu (1953); Caarapó (1953); Corguinho (1953); Guia Lopes da Laguna (1953); Itaporã (1953); Jaraguari (1953); Jardim (1953); Ladário (1953); Rio Verde de Mato Grosso (1953); Sidrolândia (1953); Terenos (1953); Cassilândia (1954); Inocência (1958); Nova Andradina (1958); Anaurilândia (1963); Bandeirantes (1963); Batayporã (1963); Brasilândia (1963); Caracol (1963); Fátima do Sul (1963); Glória de Dourados (1963); Iguatemi (1963); Ivinhema (1963); Jateí (1963); Naviraí (1963); Pedro Gomes (1963); Anastácio (1964); Antônio João (1964); Rio Negro (1964); Angélica (1976); Aral Moreira (1976); Deodápolis (1976); Eldorado (1976) e Mundo Novo (1976).

A terceira sincronia aqui estabelecida corresponde aos períodos cognominados como Terceira República (1945-1964) e Quarta República (1964-1977). Trata-se de um período muito fértil em termos de criação de municípios, uma época de muitas levas migratórias que trouxeram, para o sul do estado de Mato Grosso, migrantes de vários estados da Federação. Isso fica evidente na toponímia pela grande incidência de antropotopônimos, em sua maioria, representando uma homenagem a pessoas ilustres nas localidades. Representam reflexos de levas migratórias, por exemplo, o *cronotopônimo* Nova Andradina, localidade povoada inicialmente por paulistas de Andradina, e o *animotopônimo* Mundo Novo, dentre outros.

Em termos etnolinguísticos, predominam nessa sincronia os topônimos de base vernácula (24 topônimos) – *Água Clara, Corguinho, Jardim, Ladário, Rio Verde de Mato Grosso, Sidrolândia, Cassilândia, Inocência, Nova Andradina, Anaurilândia, Bandeirantes, Brasilândia, Caracol, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Pedro Gomes, Anastácio, Antônio João, Rio Negro, Angélica, Aral Moreira, Deodápolis, Eldorado, Mundo Novo* –, seguidos de 08 topônimos de base indígena – *Caarapó, Itaporã, Jaraguari, Terenos, Iguatemi, Ivinhema, Jateí e Naviraí*, e de 03 de formação híbrida – *Bataguassu, Guia Lopes da Laguna e Batayporã*.

Do ponto de vista taxionômico, nessa sincronia, ao contrário das demais,

predominam os *antropotopônimos* (12 designativos) – Anastácio, Anaurilândia, Angélica, Aral Moreira, Antônio João, Bataguassu, Batayporã, Deodópolis, Cassilândia, Inocência, Pedro Gomes, Sidrolândia. Em seguida situam: 06 *hidrotopônimos* – Água Clara, Corguinho, Iguatemi, Naviraí, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro; 03 *hagiotopônimos* – Ladário, Fátima do Sul e Glória de Dourados; 03 *fitotopônimos* – Caarapó, Jaraguari, Jardim; 02 *litotopônimos* – Itaporã, Ivinhema; 02 *animotopônimos* - Eldorado, Mundo Novo; 02 *zootopônimos* – Caracol, Jateí; 02 *historiotopônimos* – Guia Lopes da Laguna e Bandeirantes; 01 *etnotopônimo* – Terenos; 01 *corotopônimo* – Brasilândia e 01 *cronotopônimo* – Nova Andradina.

Por fim, a última fase marca o início da nova fase da história do Estado, a partir da divisão do território oficializada em 1977 e implantada em 1979. Essa fase reuniu os municípios criados a partir da década de 80 do século XX até a atualidade. Trata-se de uma fase promissora para o Estado, motivada pela autonomia adquirida como consequência da divisão do território tão almejada pelos sul-mato-grossenses.

2.4 Sincronia – 1980-2003: Bodoquena (1980); Costa Rica (1980); Douradina (1980); Itaquiraí (1980); São Gabriel do Oeste (1980); Selvíria (1980); Sete Quedas (1980); Tacuru (1980); Taquarussu (1980); Coronel Sapucaia (1985); Vicentina (1987); Chapadão do Sul (1987); Dois Irmãos do Buriti (1987); Juti (1987); Paranhos (1987); Santa Rita do Pardo (1987); Sonora (1988); Alcinópolis (1992); Japorã (1992); Laguna Caarapã (1992); Nova Alvorada do Sul (1992); Novo Horizonte do Sul (1992) e Figueirão (2003).

A criação do novo Estado representou um divisor de águas na história de Mato Grosso do Sul, uma vez que a autonomia adquirida com a divisão do território inaugurou uma fase de grande prosperidade que atraiu para a região novas levas de migrantes oriundos de várias regiões brasileiras, especialmente da região sul, o que se refletiu em vários setores da sociedade sul-mato-grossense (economia, cultura, educação, turismo...). Nesse contexto, áreas de antigos municípios foram desmembradas gerando novas unidades administrativas, tendência que se manifesta até a atualidade. Além dos 78 municípios já consolidados, foi criado em 18/12/2008 o município de *Paraíso das Águas*, antigo distrito de Costa Rica. O novo município será implantado até 2012, quando ocorrerão as eleições municipais, e resultará do desmembramento de território dos municípios de Costa Rica, de

Chapadão do Sul e de Água Clara¹⁵.

Na perspectiva etnolinguística, 14 topônimos que nomeiam esses municípios são de origem portuguesa – *Costa Rica, Douradina, São Gabriel do Oeste, Selvíria, Sete Quedas, Vicentina, Chapadão do Sul, Paranhos, Santa Rita do Pardo, Sonora, Alcinópolis, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul, Figueirão*; 06 têm base indígena – *Bodoquena, Itaquiraí, Tacuru, Taquarussu, Juti, Japorã* –, e 03 são de formação híbrida – *Laguna Caarapã, Coronel Sapucaia e Dois Irmãos do Buriti*.

Já em termos de motivação toponímica, predominam nessa sincronia as taxes de natureza antropocultural. Lideram novamente os *antropotopônimos* com 04 designativos – *Costa Rica, Selvíria, Paranhos, Alcinópolis*; seguidos de 03 *hagiotopônimos* – *Santa Rita do Pardo, São Gabriel do Oeste e Vicentina*; de 02 *cronotopônimos* – *Nova Alvorada do Sul e Novo Horizonte do Sul*; de 02 *numerotopônimos* – *Sete Quedas e Dois Irmãos do Buriti*; de 02 *corotopônimos* – *Sonora e Douradina*; de 01 *animotopônimo* – *Japorã*, e de 01 *axiotopônimo* – *Coronel Sapucaia*. Por sua vez, as categorias de natureza física registram 03 *litotopônimos* – *Tacuru, Bodoquena e Itaquiraí*; 03 *fitotopônimos* – *Taquarussu, Figueirão e Juti*; 01 *geomorfotopônimo* – *Chapadão do Sul*, e 01 *hidrotopônimo* – *Laguna Caarapã*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No conjunto dos topônimos que nomeiam os 78 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, há nomes que traduzem, por exemplo, aspectos da influência indígena (*Caarapó, Paranaíba, Japorã*); homenagem a heróis com atuação marcante na história da região (*Guia Lopes da Laguna, Antônio João*); características do meio ambiente físico (*Rio Negro, Rochedo*); homenagem à terra de origem do denominador (*Nova Andradina*); influência de contatos interétnicos em áreas de fronteira (*Laguna Carapã, Naviraí*).

Em se tratando da base lingüística dos formantes dos topônimos, 27% dos nomes dos municípios sul-mato-grossenses são de origem indígena e 10.2% constituem-se em nomes híbridos (dentre esses, 09% contêm um formante de base indígena). Esses dados refletem a forte influência indígena na toponímia, o que pode ser explicado por questões

¹⁵ Fonte: <http://www.costarica.ms.gov.br> . Acesso em 02.03.2009.

étnicas e geográficas. O estado de Mato Grosso do Sul, além de concentrar a segunda maior população indígena do Brasil, faz fronteira com o Paraguai, país que tem o guarani como uma das línguas oficiais, ao lado do espanhol. Os outros 62,8% são formados por termos vernáculos.

Comparando-se os dados das 04 sincronias, observa-se que somente no conjunto de topônimos de municípios criados antes do século XX predominam os designativos de base indígena. Nos demais, ocorre a grande predominância de nomes de base lusa. Em termos de causas denominativas, também na primeira sincronia destacam-se os nomes descritivos. Nas demais nota-se um aumento gradativo de taxes de natureza antropocultural, especialmente nas duas últimas sincronias, ou seja, nos nomes de municípios criados a partir de 1950, período em que houve destaque para as localidades nomeadas com nomes próprios de pessoas (antropotopônimos). Dentro dos limites deste trabalho, procuramos demonstrar a relação entre as tendências designativas e os diferentes momentos históricos que marcaram o processo de povoamento de Mato Grosso do Sul, o que confirma a tese de que a dinamicidade ou não do sistema lexical está correlacionada à própria dinamicidade da realidade social, econômica, política, cultural e ideológica do grupo, característica essa que também se manifesta no vocabulário onomástico-toponímico.

REFERÊNCIAS

- BERNALES LILLO, M. *Em busca de los nombres*. Toponimia indígena e hispânica. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, 2002.
- CABEZA DE VACA, A. N. *Naufrações & Comentários*. Tradução de Jurandir Soares dos Santos. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- CABRAL, P. E. Formação étnica e demográfica. In: *CAMPO GRANDE – 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p.27-62.
- CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. *História de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande – Editora da UFMS, 2002.
- DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.
- _____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

_____ Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o projeto ATEMIG – Atlas toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, M. C. C. de (org.) *O léxico em estudo*. Belo horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 91-117.

_____ A toponímia como meio de investigação lingüística e antropocultural. In: ISQUERDO, A. N. (org.). *Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português. Brasil – Portugal*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2008, p.215-231.

GRESSLER, LORI ALICE; VASCONCELOS, L. M; SOUZA, Z, P. de SOUZA. *História e geografia do Mato Grosso do Sul*. São Paulo: FTD, 2005.

ISQUERDO, A. N. *O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural*. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”. – UNESP, Araraquara.

_____ Projeto ATEMS: um resgate da cultura e da história por meio da toponímia. In: ISQUERDO, A. N.; HORA, D. (org.) *Abralin em cena: Mato Grosso do Sul*. João Pessoa: Idéia, 2008, p. 57-64.

_____ O signo toponímico: um recorte da realidade sócio-cultural. In: *Atti del XXI Congresso Intenazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Vol. 5. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1998, p. 491-501.

RICARDO, C. *Marcha para Oeste*. Vol. II. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970.

SAMPAIO, T. *O tupi na geographia nacional*. Salvador: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

TIBIRIÇÁ, L. C. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. Significado dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Traço Editora, 1997.